



Operação Amazônia Nativa

Programa de Direitos Indígenas, Política Indigenista e Informação à Sociedade

Monitoramento de Pressões e Ameaças em Terras Indígenas

ALERTA JURUENA

04 de julho de 2025

Introdução

Este alerta trata da exploração de petróleo e gás na Bacia Sedimentar do Parecis, com foco na situação atual dos blocos que foram ofertados no leilão do dia 17 de junho de 2025, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro. Ele apresenta informações sobre o desenvolvimento dessa atividade na região, destacando os blocos disponíveis e os riscos para as terras indígenas.

O que aconteceu?

Dos 172 blocos ofertados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) no leilão que aconteceu em 17 de junho de 2025, **47 (quarenta e sete) blocos de petróleo e gás estão localizados na Foz do Amazonas e 21 (vinte e um) na Bacia Sedimentar do Parecis**. A proximidade desses blocos com terras indígenas e unidades de conservação levanta preocupações sobre os possíveis impactos socioambientais da exploração na região.

Para reduzir efeitos diretos sobre as terras indígenas, a ANP estabeleceu uma faixa de exclusão de até **10 km**, impedindo a delimitação de blocos dentro desse perímetro. Essa medida fundamenta-se na Portaria Interministerial nº 60/2015, que define critérios para a atuação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e de outras autarquias no licenciamento ambiental conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

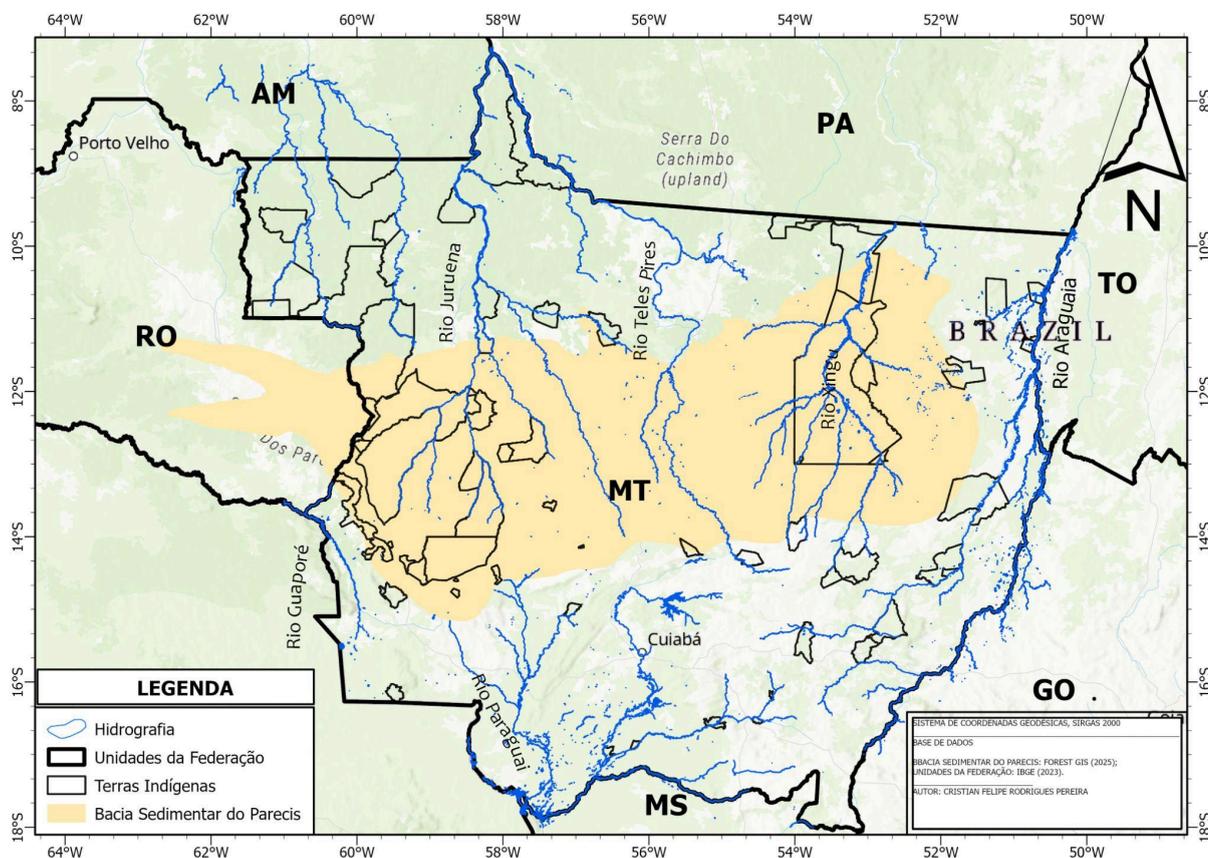
Conforme essa norma, a Funai deve ser acionada sempre que empreendimentos ou atividades potencialmente poluidoras possam afetar terras indígenas, especialmente quando situados dentro de uma determinada distância dessas áreas. No entanto, ao adotar exclusivamente esse critério geográfico, a aplicação da norma pode levar à omissão da consulta aos povos indígenas em casos específicos. Se a decisão de delimitação dos blocos de petróleo e gás for baseada apenas na faixa de exclusão de 10 km, blocos posicionados fora desse limite podem ser licenciados sem qualquer consulta às comunidades indígenas próximas, mesmo que haja impactos indiretos sobre seus territórios e modos de vida.

Esse enfoque restrito abre margem para questionamentos, pois o direito à consulta livre, prévia e informada, assegurado pela **Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, não pode ser condicionado a parâmetros geográficos. A Convenção estabelece que os povos indígenas devem ser consultados sempre que projetos possam impactar seus territórios ou modos de vida, independentemente da distância física.

Análise

A Bacia Sedimentar do Parecis está localizada na região centro-oeste do Brasil (Figura 1), abrangendo os estados de Mato Grosso e Rondônia. Situada no Planalto dos Parecis, uma área de relevo suavemente ondulado, a bacia marca a transição entre dois dos maiores biomas do país: a Amazônia, ao norte, e o Cerrado, ao sul e leste. Com uma extensão aproximada de 500.000 km², a Bacia do Parecis atua como divisor de águas entre as bacias hidrográficas Amazônica e do Paraguai. Seu relevo influencia diretamente a drenagem de rios importantes, como o Guaporé, Juruena, Teles Pires e Xingu, que correm para a bacia Amazônica; e o rio Paraguai, que integra a planície pantaneira.

Figura 1. Bacia Sedimentar do Parecis



Fonte: Monitoramento de Pressões e Ameaças, OPAN (2025).

A Bacia Sedimentar do Parecis apresenta características geológicas que a tornam promissora para a exploração de petróleo e gás, especialmente devido à sua semelhança com a Bacia Sedimentar do Amazonas, que já possui registros desses recursos. Ao longo de milhões de anos, diferentes materiais foram acumulados na região, formando os chamados “sedimentos depositados”.

Os sedimentos são partículas de rochas, areia, argila e matéria orgânica que, ao serem transportadas por rios, ventos e mares, se acumulam em camadas sobre o solo, assim como são as camadas de um bolo que é montado ao longo do tempo. Cada camada desse "bolo geológico" contém informações sobre o ambiente em que foi formada, e a pressão e o calor compactam esses sedimentos até que se transformem em rochas sedimentares, essenciais para a formação de petróleo e gás.

Os principais componentes do petróleo e do gás natural são os hidrocarbonetos, substâncias compostas por carbono e hidrogênio. Eles se originam da decomposição de matéria orgânica acumulada ao longo de eras geológicas e, quando submetidos a condições adequadas de temperatura e pressão, dão origem ao petróleo e ao gás, que ficam armazenados nas rochas porosas da bacia.

As primeiras iniciativas de investigação do potencial petrolífero da Bacia dos Parecis remontam à década de 1980, quando a Petrobras realizou levantamentos gravimétricos e magnetométricos na Sub-bacia de Juruena, em 1988. Em 1992, foram adquiridos cerca de 490 km de dados sísmicos bidimensionais, marcando o início da exploração geofísica mais sistemática na região.

Conforme informações compiladas no **Sumário Geológico da Bacia dos Parecis**¹ publicado pela ANP em 2022, os primeiros esforços de perfuração na região ocorreram em 1993, com o poço **Fazenda Itamarati-1 (2-FI-1-MT)**, que atingiu o embasamento cristalino a **2.386 metros de profundidade**. Em 1995, foi perfurado o poço **Salto Magessi-1 (2-SM-1-MT)**, alcançando **5.777 metros** de profundidade total, embora não tenha atingido o embasamento. Ambos os poços foram considerados secos, ou seja, sem indícios comerciais de petróleo ou gás, porém o segundo apresentou **ocorrência de gás imóvel**², reforçando o interesse técnico sobre o potencial da bacia.

Em 2002, o **Observatório Nacional** realizou **sondagens magnetotélúricas**³ que indicaram profundidades sedimentares de até **7.500 metros**, sugerindo condições geológicas favoráveis à geração e acumulação de hidrocarbonetos. Posteriormente, em 2008, a ANP conduziu **levantamentos geoquímicos de superfície**⁴, identificando **assinaturas**

¹ <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/oferta-permanente/opc/arquivos/sg/parecis.pdf>

² **Gás Imóvel**: Refere-se ao gás natural presente em formações geológicas que, embora detectável, **não possui mobilidade suficiente para ser extraído comercialmente**. Esse tipo de gás é **retido nos poros das rochas** geralmente em ambientes de **baixa permeabilidade**, como folhelhos ou siltitos, e **não consegue fluir naturalmente** até os poços de produção. A ausência de conectividade entre os poros impede que o gás se desloque, mesmo sob pressão.

³ **Sondagens Magnetotélúricas**: Técnica geofísica que utiliza campos elétricos e magnéticos naturais da Terra para mapear a estrutura subterrânea, revelando profundidades sedimentares e potenciais áreas de geração de petróleo e gás.

⁴ **Levantamentos Geoquímicos de Superfície**: São estudos realizados a partir da coleta e análise de amostras superficiais como **solos, sedimentos, água e gases** com o objetivo de identificar a **distribuição de elementos químicos** na paisagem. Esses levantamentos ajudam a detectar **potenciais áreas com petróleo, gás, minerais ou contaminação ambiental**, funcionando como uma espécie de “radiografia química” do terreno.

termogênicas⁵ nos gases coletados, o que reforçou a hipótese de ocorrência de petróleo e gás natural na região.

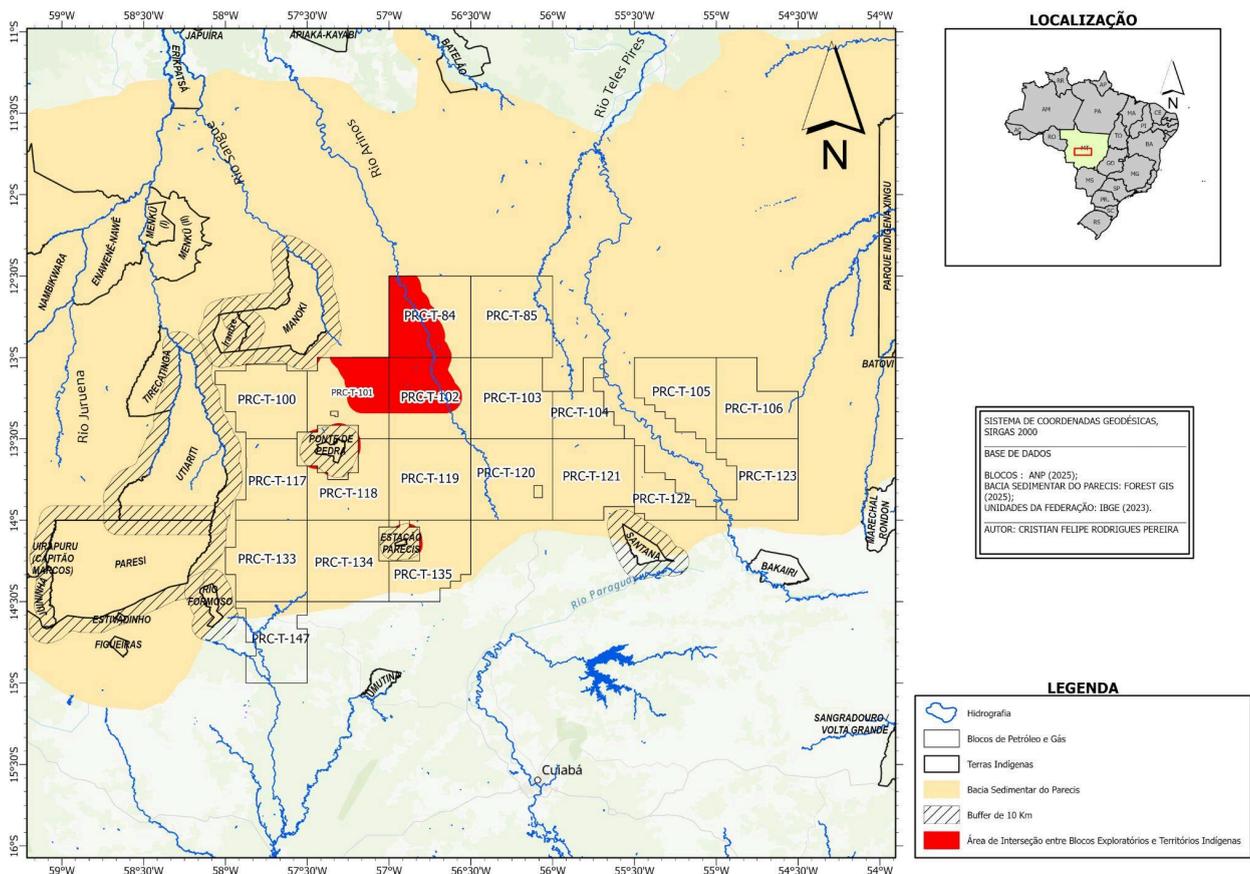
Na Figura 2, observa-se a localização dos 20⁶ blocos de petróleo e gás na porção da Bacia Sedimentar no estado de Mato Grosso que foram ofertados na 5ª Rodada da Oferta Permanente de Blocos de Petróleo, promovida pela ANP. O mapa destaca a proximidade desses blocos com diversas terras indígenas, entre elas Bakairi, Santana, Estação Parecis, Ponte de Pedra, Manoki, Irantxe, Utiariti, Paresi, Rio Formoso e o território tradicional dos indígenas Tapayuna - atualmente reivindicado pelo povo, cujos limites ainda dependem dos estudos apropriados da Funai. Em especial, as Terras Indígenas Estação Parecis e Ponte de Pedra encontram-se “ilhadas” entre áreas de exploração.

Como é possível observar do mapa abaixo, a maioria dos blocos de petróleo e gás está posicionada fora da faixa de 10 km em relação às terras indígenas, configuração que, ao se apoiar na Portaria Interministerial nº 60, pode afastar, equivocadamente, o direito à consulta aos povos, embora o direito à consulta deva ser aplicado independentemente da distância dos empreendimentos.

⁵ **Assinaturas Termogênicas:** Traços químicos encontrados em amostras de gás que indicam origem orgânica profunda, formada por decomposição de matéria orgânica em altas temperaturas e pressões característica típica do petróleo e gás natural.

⁶ A Bacia Sedimentar é composta por 21 blocos, dos quais 20 estão localizados no estado de Mato Grosso e um no estado de Rondônia.

Figura 2. Blocos de Petróleo e Gás na Bacia Sedimentar do Parecis em Mato Grosso



Fonte: Monitoramento de Pressões e Ameaças, OPAN (2025).

Blocos de Petróleo e Gás com Incidência sobre Terras Indígenas e suas Faixas de Entorno

Apesar da tentativa da ANP de reduzir as áreas dos blocos no entorno das terras indígenas, alguns deles ainda incidem sobre a faixa de 10 km estabelecida, assim como sobre áreas do antigo território Tapayuna. A seguir, detalham-se essas ocorrências:

- Os blocos **PRC-T-100** e **PRC-T-101** apresentam sobreposição com a faixa de 10 km no entorno da Terra Indígena Manoki. O bloco PRC-T-100 sobrepõe

aproximadamente **99,64 hectares**, enquanto o **PRC-T-101** abrange cerca de **420,73 hectares**. Juntas, as áreas de sobreposição totalizam 520,37 hectares.

- Os blocos **PRC-T-101**, **PRC-T-102** e **PRC-T-84** apresentam sobreposições relevantes tanto na **faixa de entorno de 10 km** quanto na **área diretamente incidente sobre o antigo território Tapayuna**. O bloco PRC-T-101 apresenta uma sobreposição de aproximadamente **57.034,64 hectares** na faixa de entorno e **55.534,22 hectares** na área direta. Já o bloco PRC-T-102 sobrepõe **77.380,54 hectares** no entorno e **86.424,47 hectares** diretamente na terra indígena. O bloco PRC-T-84, por sua vez, apresenta sobreposição de **65.776,60 hectares** na faixa de entorno e **105.012,42 hectares** na área direta. Somando as extensões, obtêm-se **200.191,78 hectares** de sobreposição na faixa de entorno e **246.971,11 hectares** diretamente sobre a Reserva Indígena Tapayuna.
- Os blocos **PRC-T-101** e **PRC-T-118** apresentam sobreposição com a **faixa de 10 km do entorno da Terra Indígena Ponte de Pedra**. O bloco PRC-T-101 incide sobre aproximadamente **1.404,31 hectares**, enquanto o bloco PRC-T-118 apresenta uma sobreposição de cerca de **2.031 hectares**. Somadas, as áreas sobrepostas totalizam **3.435,31 hectares** na faixa de entorno da referida terra indígena.
- O bloco **PRC-T-135** apresenta sobreposição com a faixa de entorno da **Terra Indígena Estação Parecis**, abrangendo uma área de aproximadamente **2.129,67 hectares**.
- O bloco **PRC-T-122** apresenta uma sobreposição de aproximadamente **0,6 hectares (equivalente a 6000 metros quadrados)** diretamente na faixa de entorno da **Terra Indígena Santana**.

A análise das sobreposições, tanto nas faixas de entorno quanto nas áreas diretamente incidentes sobre as terras indígenas, evidencia que, apesar da ANP ter recorrido ao

instrumento da **Portaria Interministerial nº 60/2015** buscando atropelar o direito a consulta aos povos indígenas que serão afetados pela atividade, diversos blocos ainda apresentam incidência sobre a **faixa de 10 km de entorno** das terras indígenas mencionadas anteriormente.

AGRO E GÁS

⚠ No leilão realizado em 17 de junho de 2025, o bloco PRC-T-121 foi arrematado pela empresa Dillianz Petróleo e Gás, pertencente ao Grupo Dillianz, uma multinacional brasileira com presença em Portugal, Estados Unidos e Inglaterra.

Com raízes no agronegócio gaúcho, o grupo⁷ consolidou-se inicialmente na produção de grãos e pecuária de corte, expandindo suas operações para os estados da Bahia, Piauí e Roraima. A partir de 2016, iniciou um processo de diversificação e internacionalização, passando a atuar em setores como serviços financeiros, mercado imobiliário, importação e exportação de commodities, comércio digital voltado ao agronegócio e geração de energia por meio de fontes fotovoltaicas.

Apesar de se apresentar como agente promotor de energia limpa e sustentável, por meio de sua divisão de energia solar, o grupo também investe diretamente na exploração de petróleo e gás natural — o que revela uma evidente contradição entre o discurso ambiental e a prática empresarial. O bloco PRC-T-121, inclusive, encontra-se a aproximadamente 2 km da Terra Indígena Santana, o que acende alertas quanto aos riscos socioambientais e à coerência das estratégias adotadas pelo grupo. ⚠

⁷ <https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/grupo-agronegocio-dillianz-petroleo-mato-grosso/>

Possíveis Impactos

A Bacia Sedimentar dos Parecis é marcada por sua composição porosa, o que tem implicações diretas na dinâmica hidrogeológica da região. Essa característica permite maior infiltração de água no solo, contribuindo para a recarga de aquíferos e o equilíbrio dos ecossistemas locais. No entanto, essa porosidade também torna a área altamente vulnerável a contaminações resultantes da exploração de petróleo e gás.

Um dos principais riscos da extração de hidrocarbonetos em uma bacia porosa é a possibilidade de vazamento de substâncias tóxicas para os aquíferos subterrâneos. A porosidade facilita a migração de contaminantes, como óleos, metais pesados e substâncias químicas utilizadas no processo de extração, que podem comprometer a qualidade da água essencial à vida. Isso representa um grande desafio para comunidades que dependem dessas fontes hídricas e para a biodiversidade local.

Outro fator preocupante é a modificação da dinâmica hídrica, pois a interferência nos sistemas subterrâneos pode alterar o fluxo de água e comprometer o equilíbrio da paisagem. A extração pode, por exemplo, reduzir a capacidade de retenção de água do solo, tornando a região mais suscetível à seca e dificultando a regeneração de ecossistemas vitais.